

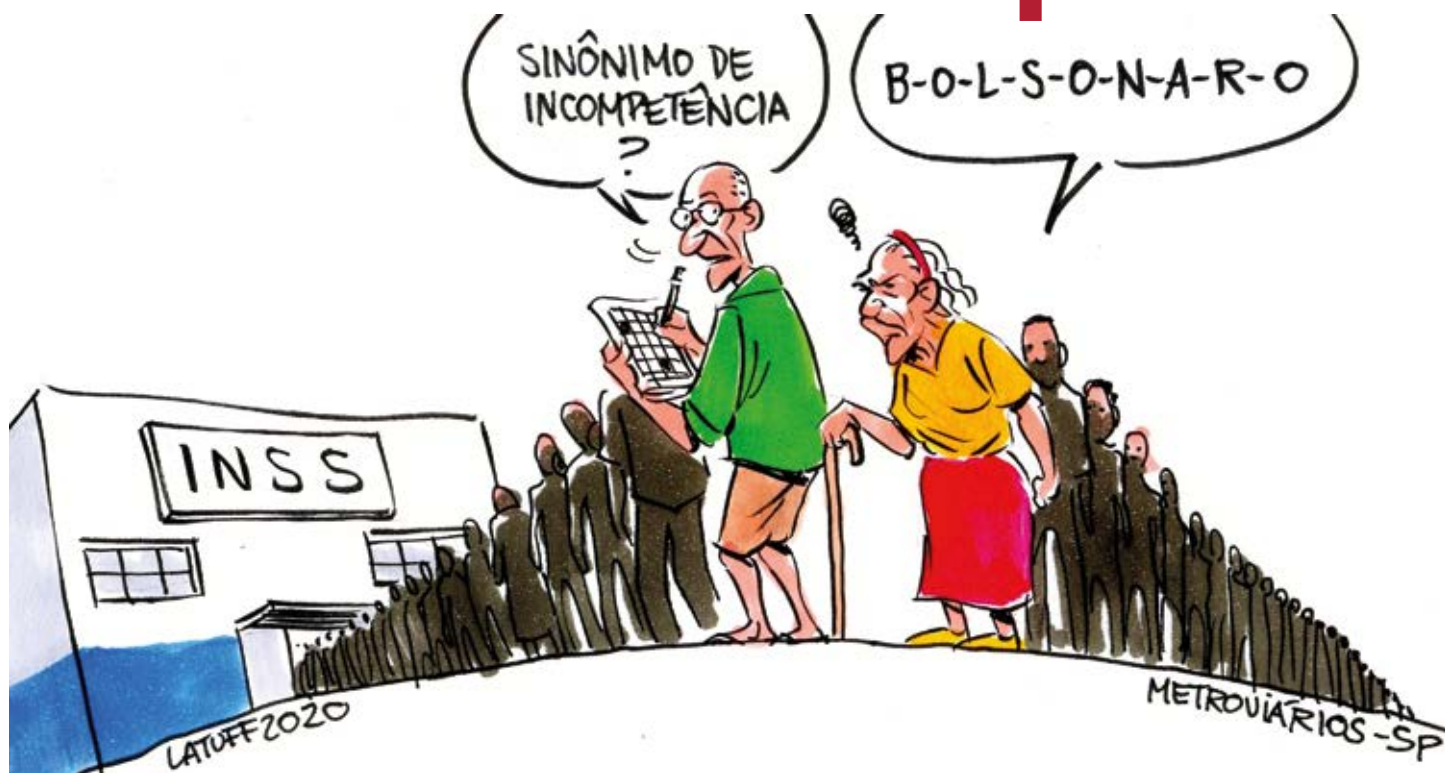


PROCESSOS PARADOS INSS precisa de **concurso público**

A decisão do governo Bolsonaro de recrutar 7 mil militares da reserva não reduzirá a fila de pedidos de benefícios. Os militares não têm capacitação técnica para realizar o serviço. Para resolver o problema é necessário abrir concurso público para contratação de mais funcionários

O Brasil assiste à volta das enormes filas nas portas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). São quase 2 milhões de benefícios parados e agora o presidente Bolsonaro anuncia a “solução” para o problema: a convocação de militares da reserva para recompor o quadro de funcionários que está defasado há anos.

Há um déficit de trabalhadores no setor e não



será com a contratação de 7 mil militares despreparados para o cargo que o problema será resolvido. Os servidores do INSS são treinados para as atividades que desenvolvem. A proposta do Bolsonaro é mais daquilo que ele sabe fazer: espetáculo para a imprensa e seus seguidores.

Existem hoje no Brasil milhões de desempregados, além dos desalentados (aqueles que já desistiram de procurar emprego). Por que privilegiar militares que estão aposentados, que já possuem renda, em vez de contratar desempregados?

O descaso do presidente

é mais um passo calculado para o sucateamento da Previdência, visando a sua privatização. Propositamente, o governo não se preparou para a demanda provocada pela reforma da Previdência. ***O INSS não precisa de intervenção militar! Precisa de concurso público!***

Prisão para quem faz apologia ao nazismo!

No dia 17/1, o então secretário da Cultura do governo Bolsonaro, Roberto Alvim, foi exonerado depois de publicar um vídeo oficial copiando o discurso de um ministro nazista. Alvim reproduziu um trecho de um

discurso de Joseph Goebbels, ministro da propaganda de Adolph Hitler.

Mais de 6 milhões de pessoas foram mortas pelo nazismo. Judeus, militantes de esquerda, trabalhadores, religiosos, idosos e crianças.

É inaceitável que uma autoridade brasileira se utilize de palavras nazistas. É um desrespeito com as vítimas de um regime que matou e perseguiu milhões. A demissão de Alvim, diante da repercussão do vídeo,

foi a única saída para o governo.

É pouco. Alvim tem que ser preso. Divulgação de nazismo é crime e a pena é de reclusão de dois a cinco anos e multa (Lei 7.716/89, parágrafo 1º do artigo 20).